

UNIDADE DE ENSINO 1:

ÉTICA PROFISSIONAL EM DIREITO

COMPETÊNCIAS: Proporcionar uma visão crítica e reflexiva para o exercício da profissão da advocacia sob os diversos aspectos da prática jurídica, da ética profissional, do dever de urbanidade e do Código de Ética Profissional.

RESULTADO DE APRENDIZAGEM: Compreender os aspetos morais, de direitos, de justiça, dos poderes, dos impedimentos e do sigilo profissional que permeiam as relações jurídicas da ética profissional. Capacidade de pensar automaticamente criando juízos próprios acerca da realidade. Atitude crítica frente aos dogmas estabelecidos. Destreza na resolução dos problemas propostos. Visão global e integralizante das relações com os clientes, da publicidade da atuação profissional e dos poderes inerentes à procuração.

SEÇÃO 1:

Deontologia Jurídica (Teórico)

CONTEÚDO:

- Da evolução histórica.
- Das regras deontológicas fundamentais.
- Os deveres legais do advogado e do estagiário.
- Os deveres morais do advogado e do estagiário.

SEÇÃO 2:

Da Ética do Advogado (Teórico)

CONTEÚDO:

- Visão Geral e das relações com os clientes.
- Sigilo Profissional.
- Publicidade da atividade profissional.
- Do dever de Urbanidade
- Do Tribunal de Ética e Disciplina – TED.

SEÇÃO 3:

Da relação profissional do advogado (Teórico)

CONTEÚDO:

- Procuração judicial, extrajudicial, substabelecimento e seus poderes.
- Honorários Advocatícios.
- Da Sociedade de Advogados. Sociedade unipessoal ou pluripessoal.
- Das Incompatibilidades e Impedimentos

UNIDADE DE ENSINO 2:

O ESTATUTO DO ADVOGADO

COMPETÊNCIAS: Proporcionar o conhecimento do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, firmados na Lei nº 8.906/1994.

RESULTADO DE APRENDIZAGEM: Destreza na visão humanística da profissão escolhida, comprometido com o momento histórico e com os anseios da população nacional. Conhecer a função social do advogado, seus direitos, sanções disciplinares e da estrutura da Ordem dos Advogados do Brasil.

SEÇÃO 1:

Da Advocacia (Teórico)

CONTEÚDO:

- Da atividade de advocacia.
- O direito do estagiário e do advogado.
- Da inscrição.
- Do advogado empregado.

SEÇÃO 2:

Da Estrutura da Ordem dos Advogados do Brasil (Teórico)

CONTEÚDO:

- Dos fins da organização e visão geral.
- Conselho Federal da OAB.
- Conselho Seccional e da Subseção.
- Da Caixa de Assistência dos Advogados.

SEÇÃO 3:

Prerrogativas do Advogado (Teórico)

CONTEÚDO:

- Do processo, as infrações e sanções disciplinares.
- O advogado e o direito de representação.
- Do processo disciplinar.
- Dos recursos.

UNIDADE DE ENSINO 3:

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO BRASIL

COMPETÊNCIAS: Proporcionar e atender à necessidade do conhecimento do Processo Judicial em meio eletrônico, aos operadores do direito implementado através da Lei nº 11.419/06, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e seus reflexos no atual Código de Processo Civil em vigor.

RESULTADO DE APRENDIZAGEM: Compreender o processo judicial em meio eletrônico, desde a evolução histórica à regulamentação em vigor. Entender o enfoque teórico no contexto do Direito Processual Civil vigente. Conhecer desde os aspectos práticos às problematizações da migração do papel dos processos físicos para o formato digital.

SEÇÃO 1:

Aspectos Tecnológicos e Segurança da Informação (Teórico)

CONTEÚDO:

- Evolução histórica.
- Regulamentação do Processo Judicial Informatizado.
- Acesso à Justiça e Efetividade do Processo.
- Princípio do Amplo Acesso à Justiça e o Processo Judicial Eletrônico.

SEÇÃO 2:	Processo Eletrônico (Teórico)
CONTEÚDO:	<ul style="list-style-type: none"> - Da informatização do Processo Judicial na Lei nº 11.419/06. - Migração do papel para o digital e os processos físicos. - Conservação de autos eletrônicos. - Assinatura do magistrado.
SEÇÃO 3:	Sistema do Processo Eletrônico (Teórico)
CONTEÚDO:	<ul style="list-style-type: none"> - Do Direito de Petição e o processo eletrônico. - Efeitos na inacessibilidade do PJe. - Cumprimento de prazos processuais. - Sistema de Processo Judicial Eletrônico na Justiça Comum e do Trabalho.
UNIDADE DE ENSINO 4:	TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
COMPETÊNCIAS:	Proporcionar destreza na utilização do Processo Judicial em meio eletrônico, implementado através da Lei nº 11.419/06, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, notadamente seus reflexos no exercício da profissão através da análise trazidas com as alterações na estrutura do Código de Processo Civil em vigor.
RESULTADO DE APRENDIZAGEM:	Compreender a certificação digital utilizada pelos magistrados e advogados, além dos efeitos da ausência de procuração nos autos do processo eletrônico. Conhecer a tramitação eletrônica e os reflexos na transmissão, distribuição, comunicação de atos processuais, intimações, citações, prazos, provas e determinações eletrônicas.
SEÇÃO 1:	Tramitação eletrônica dos processos (Teórico)
CONTEÚDO:	<ul style="list-style-type: none"> - Da Certificação Digital para os Advogados. - Procuração assinada digitalmente. - Advogado sem procuração e constituído em audiência. - Cabimento e validade de uma peça digitalizada e encaminhada por advogado não constituído nos autos.
SEÇÃO 2:	Transmissão, comunicação e Prazos (Teórico)
CONTEÚDO:	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição e juntada de documentos. - Das intimações e citações. - Da comunicação eletrônica e dos atos processuais. - Ofícios e determinações eletrônicas.
SEÇÃO 3:	Das provas e atos processuais eletrônicos (Teórico)
CONTEÚDO:	<ul style="list-style-type: none"> - Das provas eletrônicas. - Cartas eletrônicas: de Ordem, Precatória ou Rogatória. - Dos prazos e o horário do término. - Do processo eletrônico e das vulnerabilidades das práticas processuais.